

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS-
ESAG PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Curso: MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

**Grupo de Pesquisa:
Callipolis – Grupo de Pesquisa de Política Pública e Desenvolvimento**

**AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JOVENS RURAIS
E SEUS EFEITOS NO PROCESSO DE SUCESSÃO FAMILIAR NO ESTADO DE
SANTA CATARINA**

CPF: 064.535.749-93

Florianópolis 2025

PROPOSTA DE PESQUISA:

AValiação de Políticas Públicas para Jovens Rurais e Seus Efeitos no Processo de Sucessão Familiar no Estado de Santa Catarina

1- INTRODUÇÃO -

1.1. CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Santa Catarina se diferencia dentre os estados brasileiros pela agricultura familiar, com 65% do seu território sendo ocupado por estabelecimentos agropecuários de até 20 hectares (IBGE, 2017).

A Lei nº 11.326/2006 define agricultura familiar como aquela que atende os seguintes requisitos: a) não detenha propriedade com área superior a quatro módulos fiscais; b) utiliza mão-de-obra familiar nas atividades econômicas do estabelecimento; c) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; d) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006). Porém, para além do arcabouço legal, a agricultura familiar apresenta um conceito muito mais amplo, em um contexto em que os administradores dos estabelecimentos rurais são também os próprios trabalhadores rurais (FLORES, 1998, p. 9) e onde o patrimônio possui um duplo conteúdo social, sendo base material do negócio e organização da vida familiar, se caracterizando pela unidade entre o negócio e a família (ABRAMOVAY, 1998).

Mesmo que se diferencie das outras organizações rurais, a agricultura familiar só teve seu reconhecimento a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) em 1995, que desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural, seguida pela Lei da Agricultura Familiar em 2006, que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo (GRISA, C.; SCHNEIDER, S., 2014).

Em Santa Catarina, a Lei nº 8.676, de 17 de junho de 1992, marca a regulamentação da política estadual de desenvolvimento rural e cria o Fundo de Desenvolvimento Rural, que constitui-se em fonte de recursos financeiros para execução das ações e instrumentos de políticas públicas agrícolas. Dessa forma, além das políticas públicas de crédito rural de

âmbito nacional, como o PRONAF, o estado passou a oferecer oportunidades para os agricultores familiares por meio de Programas Estaduais, constituindo, assim, um importante meio de acesso às Políticas Públicas.

Dentre esses Programas, podemos destacar o Programa Jovens e Mulheres em Ação, regulamentado pela Resolução nº 09/2024/SAR/CEDERURAL, alterada pelas resoluções 18/2024 e 01/2025/SAR/CEDERURAL, que tem seu foco na formação em liderança, gestão, empreendedorismo e protagonismo de jovens e mulheres rurais e da pesca, na melhoria de sistemas produtivos, na rentabilidade, inovação e estruturação de redes e conectividade com internet. O Projeto Ação Jovem Rural e do Mar, regido por esse Programa, tem por objetivo a formação de jovens dos meios rural e pesqueiro, a ser executada por equipe técnica multidisciplinar baseada na Pedagogia da Alternância - sistema educativo que considera diferentes valores e experiências dos estudantes, atribuindo grande valorização à cultura, aos saberes e à realidade socioprofissional dos jovens camponeses nos processos formativos (GIMONET, 2007). Dentro dessa formação, o jovem é incentivado a pensar seu futuro, montando um Plano de Propriedade junto com sua família, entendendo as mudanças e adequações para sua permanência e concretização do processo de sucessão familiar. Entendendo a necessidade de recursos financeiros para a execução de alguns planos, os Projetos Realiza e Conecta Jovem, no âmbito do Programa Jovens e Mulheres em Ação, visam fornecer financiamentos sem juros e subsidiados para apoiar os projetos elaborados e aquisição de equipamentos de informática e instalação de estrutura para acesso à internet, respectivamente.

A sucessão rural é um processo construído socialmente que inclui a preparação do sucessor para atender a expectativa de uma empresa familiar (Abdala et al., 2022). Esse processo é essencial para a agricultura familiar e tem uma forte conexão com a juventude rural. A decisão dos jovens de seguir a profissão dos pais resulta de diversos fatores, incluindo a construção de uma identidade como agricultor, influenciada por aspectos socioculturais. Essa identidade é tão relevante quanto os fatores econômicos, como a rentabilidade e a segurança financeira (Monteiro & Mujica, 2022).

A produção de alimentos depende da continuidade da atividade rural. No entanto, a falta de sucessores na agricultura familiar pode comprometer a permanência das famílias no campo e a continuidade das atividades produtivas. Além disso, as comunidades rurais tendem a perder população gradativamente, o que impacta suas dinâmicas sociais (MATT. & Machado, 2016). A transferência das propriedades de agricultores que estão se aposentando

para os novos produtores, em particular jovens, é crucial para manter a competitividade do setor (BERTONI D., et al, 2016)

A crescente diminuição das fronteiras entre o rural e o urbano nos desafia constantemente a repensar o espaço rural em suas diversas dimensões. Esse espaço é caracterizado pela pluriatividade e pela biodiversidade, tornando-se também um ambiente de produção de saberes e conhecimentos (Mendonça et al., 2013; Castro et al., 2019). A permanência do jovem no campo deve ser uma escolha baseada em sua autonomia pessoal, garantindo-lhe a liberdade de decidir seu próprio futuro, e não uma consequência da falta de opções (PROCHNOW et al., 2022). A formulação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, como o Programa Jovens e Mulheres em Ação, se propõe a contribuir para a permanência dos jovens no meio rural, atuando como um instrumento de transformação e desenvolvimento para as famílias beneficiadas.

O Programa Jovens e Mulheres em Ação vem exercendo seu papel na formação e na disponibilização de recursos para jovens e mulheres rurais e do mar. No entanto, apesar da implementação desse programa, ainda não há estudos consolidados que avaliem sua efetividade na sucessão rural e na retenção dos jovens no meio rural. A ausência de dados sistematizados sobre seus efeitos limita a capacidade de aprimoramento das políticas públicas voltadas à juventude rural. Dessa forma, surge a necessidade de investigar a seguinte questão central: O Programa Jovens e Mulheres em Ação tem sido eficaz em promover a permanência dos jovens no meio rural e pesqueiro de Santa Catarina? Quais são os desafios enfrentados na implementação dessa política pública?"

Apesar da amplitude do Programa Jovens e Mulheres em Ação, essa pesquisa terá como grupo focal os jovens rurais, pois eles são os principais herdeiros e sucessores da agricultura familiar, sendo essenciais para a continuidade da produção agrícola. Os jovens do setor pesqueiro não serão analisados, por entendermos que a sucessão na pesca segue uma dinâmica diferente. Da mesma forma, as mulheres participantes do curso de formação não serão incluídas, pois o curso aborda empreendedorismo e autonomia econômica, sem foco específico na sucessão rural. Esse recorte permite uma análise mais aprofundada sobre o impacto do programa na sucessão agrícola em Santa Catarina.

Entendendo que a sucessão familiar que é um pressuposto do programa - especialmente a passagem da gestão - é uma pré-condição da permanência do jovem no campo, a pesquisa pretende fornecer subsídios para aprimorar as políticas públicas voltadas à

sucessão familiar na agricultura em Santa Catarina, contribuindo para a permanência dos jovens no meio rural, assim como servir de subsídio para discussão de sucessão familiar para além do estado.

Diante da problemática apresentada, torna-se essencial definir os objetivos deste estudo, que buscam direcionar a investigação.

1.2. OBJETIVO DA PESQUISA

1.2.1. OBJETIVO GERAL

Avaliar a operacionalização do Programa Jovens e Mulheres em Ação no processo de sucessão familiar no Estado de Santa Catarina

1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Descrever as mudanças nas dinâmicas familiares e profissionais associadas à permanência ou êxodo rural dos jovens em Santa Catarina;
2. Investigar a sucessão familiar a partir da análise do Programa Jovens e Mulheres em Ação da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária;
3. Avaliar a percepção dos jovens beneficiários quanto à contribuição do programa para sua decisão de permanecer no campo;
4. Validar indicadores de avaliação da operacionalização do programa com o propósito de promoção da permanência do jovem no campo;
5. Apresentar proposições de aprimoramento da política pública analisada a partir dos indicadores elaborados.

Tendo delineado os objetivos da pesquisa, é fundamental destacar sua relevância e os motivos que justificam sua realização, conforme apresentado a seguir.

2- JUSTIFICATIVA

Embora a política de apoio a jovens rurais no estado de Santa Catarina já tenha mais de uma década, passando por reformulações e melhorias durante esses anos até chegar ao atual Programa Jovens e Mulheres em Ação, não é de conhecimento até o momento a

realização de estudo desenvolvido pela Secretaria da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina (SAR), ou outra instituição do governo do estado ou de Universidades com o objetivo de avaliar a operacionalização do programa. Avaliações anteriores dos programas da SAR mostraram ser possível analisar sua concepção e normatização institucional; governança; quantitativos de recursos aplicados e número de contratos e o número efetivo de agricultores beneficiários; distribuição pelos municípios e regiões e identificação de gargalos e proposição de melhorias (Mior et al, 2021).

A avaliação de programas é um mecanismo de melhoria do processo de tomada de decisões (ALA-HARJA; HELGASON, 2000). A avaliação, embora não tenha o propósito de solucionar problemas, fornece ao governante um melhor entendimento sobre os resultados de um determinado programa. Essas informações podem ser utilizadas para aperfeiçoar sua concepção ou implementação, embasar decisões e fortalecer a transparência na gestão de políticas e programas públicos (CUNHA, 2006). Dessa forma, a avaliação de uma Política Pública abre espaço para avanços através de ajustes ou consolidação e avanço dos resultados já alcançados.

A presente pesquisa tem uma importância estratégica tanto para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar em Santa Catarina quanto para meu desenvolvimento profissional dentro da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Atuando no setor estadual de políticas públicas, minha rotina envolve a formulação, execução e acompanhamento de programas direcionados ao fortalecimento do meio rural, o que reforça a necessidade de embasamento técnico e científico para qualificar a tomada de decisão e a implementação de ações mais eficazes.

A ausência de avaliações sistematizadas sobre o Programa Jovens e Mulheres em Ação evidencia uma lacuna na identificação de desafios que possam comprometer sua efetividade. Com essa pesquisa, será possível analisar o programa sob múltiplos aspectos – concepção, governança, alcance, desafios e oportunidades – oferecendo subsídios para ajustes e aprimoramentos. Dessa forma, os resultados do estudo poderão contribuir diretamente para a formulação de diretrizes mais eficazes dentro da SAR e da própria Epagri, fortalecendo o planejamento e a execução de políticas públicas voltadas à juventude rural.

Além disso, a crescente demanda por dados, indicadores e avaliações por parte de instituições como SAR, Cederural, Epagri, Cidasc, Ceasa e organizações de agricultores reforça a relevância de um estudo que forneça informações concretas sobre essa política pública. A construção desse conhecimento pode gerar impactos diretos na melhoria da

governança dos programas, na otimização de recursos e no fortalecimento das estratégias de sucessão rural e permanência dos jovens no campo.

No âmbito profissional, essa pesquisa representa uma oportunidade de aprofundamento técnico e metodológico em avaliação de políticas públicas, consolidando conhecimentos em metodologias quantitativas e qualitativas. Isso não apenas qualifica minha atuação no setor, mas também possibilita uma maior contribuição na elaboração e aprimoramento de programas voltados à agricultura familiar, garantindo que as políticas implementadas tenham maior efetividade e impacto positivo na realidade do meio rural catarinense.

Assim, a pesquisa se justifica tanto pelo seu potencial de fortalecimento das políticas públicas estaduais quanto pelo seu impacto na minha trajetória profissional, permitindo que minha atuação na Epagri esteja cada vez mais alinhada às necessidades reais dos agricultores e às diretrizes de desenvolvimento sustentável do estado de Santa Catarina.

Compreendida a relevância desta pesquisa, faz-se necessário embasá-la em teorias e estudos prévios que sustentem sua abordagem. Assim, a seguir, apresenta-se a fundamentação teórica que norteia este trabalho.

3- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A atuação do Estado na resolução de problemas coletivos e na promoção do desenvolvimento social e econômico depende da implementação de estratégias e decisões articuladas. Essas estratégias representam um conjunto de ações governamentais orientadas por diagnósticos técnicos e políticos, com o objetivo de atender demandas da sociedade (Manual do IPEA, 2018). De encontro a isso, as políticas públicas surgem como instrumentos fundamentais para organizar e direcionar essas ações, garantindo a efetividade das intervenções governamentais.

Diversos autores discutem a complexidade desse tema e suas abordagens. Segundo Secchi (2013), as políticas públicas envolvem um processo dinâmico e cíclico, composto por fases interligadas, desde a identificação do problema até a avaliação dos impactos gerados. Para Jannuzzi (2016), a formulação e implementação dessas políticas devem ser baseadas em evidências e na análise de indicadores sociais, garantindo maior efetividade e eficiência. O Manual do IPEA (2018) reforça a importância da estruturação das políticas com base em diagnósticos precisos e no monitoramento contínuo, assegurando sua adequação às demandas da sociedade.

O ciclo das políticas públicas pode ser descrito por seis fases principais: agenda pública, momento em que problemas são reconhecidos e passam a demandar atenção do governo; formulação, que envolve o desenvolvimento de alternativas de ação a partir de análises técnicas e políticas; tomada de decisão, que se define pela escolha das estratégias e instrumentos mais adequados para implementação; implementação, que diz respeito à colocação em prática das políticas; monitoramento, que compreende o acompanhamento contínuo da execução para corrigir eventuais desvios; e avaliação, que se refere à análise dos impactos, eficácia e eficiência das políticas para orientação de decisões governamentais. Esse modelo é dinâmico e não linear, entendendo que as políticas são influenciadas por fatores políticos, institucionais e sociais, o que demanda processos de adaptações ao longo da sua execução (Secchi, 2013).

A avaliação é uma das etapas essenciais para garantir a efetividade e legitimidade das políticas implementadas. Essa avaliação deve ser compreendida como parte integrante do processo de formulação e implementação, permitindo correções de rumo e garantindo maior transparência e eficiência no uso dos recursos públicos (Jannuzzi, 2016). Além disso, a avaliação não deve ser vista apenas como uma ferramenta de prestação de contas, mas como um mecanismo de aprendizado institucional e aperfeiçoamento contínuo (Secchi, 2013). Vedung (1997) ressalta que a avaliação deve ir além da simples verificação de resultados, sendo uma ferramenta essencial para a adaptação e aprimoramento contínuo das políticas públicas, garantindo sua eficiência e relevância no longo prazo.

A sucessão familiar no meio rural é essencial para garantir a continuidade da atividade agrícola e o desenvolvimento das comunidades rurais. Diversos autores discorrem sobre o tema, destacando suas múltiplas dimensões. Abramovay (1998) define a sucessão rural como o processo pelo qual a propriedade e a gestão das unidades produtivas são transmitidas entre gerações, permitindo a permanência das famílias na atividade agrícola e garantindo a continuidade da produção no campo. De forma complementar, Lobley, Baker e Whitehead (2010) afirmam que a sucessão rural é um processo dinâmico que envolve a transferência de ativos, conhecimento e tomada de decisão dentro das famílias agrícolas, sendo influenciado por fatores sociais, culturais e econômicos.

Esse processo, porém, não se restringe apenas à transferência da terra, mas também envolve a passagem de conhecimento técnico e valores culturais. Segundo Delahaye (2002), a decisão dos jovens de permanecer no campo depende da atratividade da atividade agrícola, das condições de trabalho e da possibilidade de geração de renda. A transição entre gerações pode ser favorecida quando os jovens participam precocemente da gestão das propriedades e

têm acesso a incentivos que estimulem o empreendedorismo no campo. Além disso, a existência de mercados estruturados e políticas de financiamento acessíveis pode tornar a sucessão mais viável (Delahaye, 2002). Para Neves (2011), a valorização da educação rural também contribui para a formação de sucessores mais preparados para os desafios do setor agrícola contemporâneo.

A continuidade das propriedades rurais depende não apenas das decisões familiares, mas também de um ambiente institucional favorável, no qual políticas públicas assegurem condições adequadas para a permanência dos jovens no campo, fortalecendo a sucessão geracional na agricultura (Grisa & Schneider, 2014).

Com base nos aportes teóricos discutidos, delinea-se, a seguir, o percurso metodológico proposto para a realização desta pesquisa.

4- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adotará uma abordagem metodológica mista, combinando técnicas qualitativas e quantitativas para analisar a efetividade do Programa Jovens e Mulheres em Ação no processo de sucessão rural em Santa Catarina. A pesquisa mista envolve a coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos, com o objetivo de compreender um fenômeno de forma mais abrangente e integrada. Isso permite que os resultados de uma abordagem complementem e reforcem os resultados da outra (CRESWELL, 2007, p. 11). Como Morgan (1980) observa, compreender as organizações exige explorar as complexas interações que as moldam. Dessa forma, o uso dessa abordagem para analisar as múltiplas influências sociais, culturais e econômicas que impactam a continuidade das propriedades, irá proporcionar uma compreensão mais robusta e complexa do objeto de estudo.

A pesquisa combinará fontes primárias e secundárias. As fontes secundárias incluem relatórios institucionais, normativas e bases de dados da SAR e da Epagri; e bases de dados do Censo Agropecuário - IBGE e de políticas de crédito, especialmente o PRONAF, do Banco Central do Brasil, além de outras fontes relevantes para a sucessão rural. Os dados primários serão obtidos a partir de: (i) entrevistas com apoio de questionários semi-estruturados, com amostragem baseada em dados secundários, e (ii) de painel de especialistas. A população-alvo das entrevistas será composta por jovens rurais beneficiários do Programa Jovens e Mulheres em Ação no estado de Santa Catarina, incluindo aqueles que acessaram os Projetos Realiza e Conecta Jovem.

As informações coletadas serão organizadas e sistematizadas a partir dos seguintes procedimentos::

- i. A análise da legislação, normativas e diretrizes do programa será feita através dos relatórios institucionais, normativas e bases de dados da SAR e da Epagri;
- ii. Os dados secundários quantitativos provenientes das bases de dados da SAR, Epagri, IBGE, Banco Central e outros será analisada a partir de estatística descritiva;
- iii. As entrevistas serão analisadas a partir de estatística descritiva e análise de conteúdo;
- iv. O painel de especialistas será realizado a partir do método Delphi envolvendo especialistas da Epagri e SAR. Os questionários necessários para a aplicação do método serão construídos a partir dos resultados obtidos nas etapas anteriores. A aplicação do método tem como um dos propósitos garantir coerência entre os resultados obtidos e a realidade do programa a partir da elaboração e validação de indicadores.

Os resultados serão discutidos com atores da Epagri e da SAR. Além disso, os achados serão apresentados em reuniões periódicas de políticas públicas, para a juventude rural, ampliando o debate sobre a sucessão no campo.

Definida a metodologia, passa-se à análise da viabilidade de implantação, considerando sua aplicabilidade prática.

5- VIABILIDADE / IMPLEMENTAÇÃO

A viabilidade e implementação dos resultados da pesquisa no contexto de estudo, que envolve o Programa Jovens e Mulheres em Ação, passam pela articulação entre as instituições envolvidas, os jovens beneficiários e as comunidades rurais de Santa Catarina.

A implementação dos resultados será facilitada pelo envolvimento direto de organizações como a SAR e a Epagri, que já desempenham papel fundamental no desenvolvimento e execução do programa. A partir das análises será possível apresentar recomendações específicas para a melhoria da governança do programa e de suas ações, com foco na eficácia das políticas de sucessão rural e na permanência dos jovens no campo.

Um aspecto fundamental para a viabilidade da implementação é o acesso direto aos jovens beneficiários do programa, que serão o principal grupo focal da pesquisa. O acesso a esse público será facilitado pela colaboração contínua das instituições parceiras, como Epagri, que já tem contato próximo com esses jovens. Além disso, o Programa Jovens e Mulheres em

Ação ganhou forças no último ano por conta da priorização de atendimento desse público pela Epagri e SAR, o que reforça a importância da temática frente às instituições, assim como a garantia de apoio nesse projeto, que trará resultados de interesse institucional.

Espera-se que com os resultados da pesquisa se possa recomendar ações para o aprimoramento do Programa Jovens e Mulheres em Ação. Essas recomendações poderão ser incorporadas diretamente à metodologia de execução do programa, especialmente nos projetos Realiza e Conecta Jovem, que visam financiar e estruturar os projetos dos jovens rurais.

Ao proporcionar uma análise dos impactos e desafios do programa, a pesquisa não só contribuirá para o aprimoramento das políticas públicas, mas também permitirá que o programa seja mais efetivo na promoção da sucessão rural e na permanência dos jovens no meio rural de Santa Catarina.

A seguir, o cronograma proposto para execução da pesquisa, dentro do programa de pós-graduação.

6- CRONOGRAMA

Atividades	2025.2	2026.1	2026.2	2027.1
Levantamento bibliográfico e desenvolvimento do referencial teórico	X			
Definição de procedimentos metodológicos	X	X		
Realização das Disciplinas	X	X		
Redação do Projeto para qualificação	X	X		
Qualificação		X		
Revisão após a qualificação		X		
Coleta de dados			X	
Análise e interpretação dos dados			X	
Redação da dissertação			X	X
Redação de artigo			X	X
Defesa				X
Correções e entrega final				X

7- REFERÊNCIAS

- ABDALA, V. et al. **Sucessão familiar na agricultura: desafios e estratégias de continuidade das propriedades rurais**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 60, n. 1, p. 85-110, 2022.
- ABRAMOVAY, R. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.
- ALA-HARJA, M.; HELGASON, A. **Evaluation of Public Programs: A Framework for Decision-Making**. Journal of Policy Analysis and Management, v. 19, n. 2, p. 325-343, 2000.
- BERTONI, D. et al. **Family farm succession: the role of extension education and public policies**. Italian Journal of Agronomy, v. 11, p. 157-163, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2006.
- CASTRO, A. M.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Pluriatividade e ruralidade no Brasil: tendências e desafios para a agricultura familiar**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 27, n. 1, p. 63-94, 2019.
- CUNHA, A. S. **Avaliação de políticas públicas: conceitos e metodologias**. Brasília: Ipea, 2006.
- DELAHAYE, G. **Familles et successions en agriculture**. Paris: INRA Editions, 2002.
- FLORES, M. **Apresentação**. In: ABRAMOVAY, R. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998. p. 9-11.
- GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Vozes; Paris: AIMFR, 2007.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interpretação entre sociedade e Estado no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 52, p. 125-146, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017: resultados preliminares**. Brasília: IBGE, 2017.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Manual de análise de políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2018.
- JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2016.

LEI Nº 8.676, de 17 de junho de 1992. **Regulamenta a política estadual de desenvolvimento rural de Santa Catarina e cria o Fundo de Desenvolvimento Rural.** *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*, Florianópolis, 1992.

LOBLEY, M.; BAKER, J. R. **Succession and inheritance in farm families: the impact on decision-making.** *Sociologia Ruralis*, 2012.

LOBLEY, M.; BAKER, J. R.; WHITEHEAD, I. **Farm succession and retirement: some international comparisons.** *Journal of Agriculture*, 2010.

MATTHEWS, A.; MACHADO, J. **O êxodo rural e a sucessão na agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento sustentável.** *Revista Brasileira de Estudos Rurais*, v. 18, n. 2, p. 75-102, 2016.

MENDONÇA, M. L.; SILVA, R. M.; SOUZA, L. G. **O espaço rural brasileiro: modernização, pluriatividade e biodiversidade.** *Revista de Geografia*, v. 30, n. 1, p. 55-70, 2013.

MIOR, L. C.; SCHMITT FILHO, A. L.; LOPES, J. A. **Governança e impactos das políticas públicas para a agricultura familiar em Santa Catarina.** *Revista de Políticas Públicas*, v. 25, n. 3, p. 65-89, 2021.

MONTEIRO, M. F.; MUJICA, M. **Identidade e sucessão na agricultura familiar: os jovens e a continuidade do trabalho rural.** *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 60, p. 145-166, 2022.

MORGAN, G. **Paradigms, metaphors, and puzzle solving in organization theory.** *Administrative Science Quarterly*, v. 25, n. 4, p. 605-622, 1980.

NEVES, M. F. **O futuro do agronegócio: estratégias para o Brasil vencer.** São Paulo: Atlas, 2011.

PROCHNOW, R. M. et al. **Juventude rural e permanência no campo: entre a escolha e a necessidade.** *Revista de Sociologia Rural*, v. 54, n. 1, p. 189-212, 2022.

SANTA CATARINA. **Secretaria da Agricultura e Pecuária; CEDERURAL. Resolução nº 09, de 2024.** *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*, Florianópolis, 2024.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2013.